

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.852 - RS (2018/0333795-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
SUSCITADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**
INTERES. : **SELDINA AFFELDT SCHMEGEL**
ADVOGADOS : **CÉSAR AUGUSTO WAIMER - RS084024**
 : **KAMILA STACHLESKI DE AVILA - RS087112**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, suscitante, e o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, suscitado, nos autos de ação para concessão de auxílio-doença, ou aposentadoria por invalidez, em face do Instituto Nacional do Seguro Social.

A demanda foi proposta perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Camaquã - RS, que julgou improcedente o pedido.

A apreciar a Apelação da parte autora, o TRF da 4ª Região, declinou da competência, por entender que compete ao Tribunal de Justiça Estadual o processamento do recurso (fl. 174e).

Remetido o feito ao TJRS, este suscita o presente Conflito Negativo de Competência, nos seguintes termos:

"Tenho que a preliminar de competência da Justiça Federal ao exame do presente recurso deva ser acolhida.

Com efeito, a autora formulou pedido de concessão de benefício previdenciário com base em moléstia que não teve na sua causa um acidente de trabalho típico ou por equiparação, tampouco se tratando de doença ocupacional.

De outra, segundo a perícia formalizada em Juízo, laudo às fls. 60-4, a segurada 'É portadora de lombalgia crônica decorrente de discopatia degenerativa em coluna lombossacra, (...)'. - grifei.

E em resposta a quesito do INSS acerca do nexo de causalidade entre o trabalho desempenhado pela segurada e a doença de que padece (fl. 51v.-2; III, 'c' e 'd'), elucidou o expert inexistir tal vínculo.

O feito se processa na Justiça Estadual, na Comarca de Camaquã-RS, circunstância determinada por inexistir Vara da Justiça Federal naquela localidade, ex vi do disposto no § 3º do art. 109 da Carta Constitucional.

Nesse passo, uma vez que postulado benefício de natureza previdenciária, compete ao egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região o julgamento do recurso.

Anoto, a esta altura, que já no exame do Agravo de Instrumento (fls.

99 e verso) adiantou-se inexistir evidências de nexo de causalidade entre a enfermidade que achaca a demandante e o trabalho que exerce" (fls. 192/193e).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente o TJRS (fls. 209/211e).

Destaco, inicialmente, prevalecer, nesta Corte, o entendimento de que **"o pedido inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida, esta extraída da interpretação lógico-sistemática da exordial como um todo, e não apenas do capítulo relativo ao 'pedido'"** (STJ, REsp 1.104.357/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 05/03/12).

No mesmo sentido:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA POR SUCESSÃO. QUESTÃO DECIDIDA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM PEDIDO INDENIZATÓRIO, NA JUSTIÇA FEDERAL. DISCUTE-SE A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS, DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, RELATIVAS À RESPONSABILIDADE PELO PASSIVO DE TODA E QUALQUER NATUREZA.

(...)

4. O STJ possui entendimento de que a competência é definida com amparo na causa petendi e no pedido deduzido na demanda.

(...) (STJ, CC 128.982/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/12/2013).

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. ADVENTO DA LEI N.º 9.528/1997. LIDE DE ORIGEM ACIDENTÁRIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 15 DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. O advento da Lei n.º 9.528/1997 consagrou tão-somente a extensão do reconhecimento do direito do segurado de receber benefício previdenciário decorrente da redução de sua capacidade laborativa em razão de qualquer infortúnio, antes restrito ao acidente de trabalho.

2. É imprescindível para determinar a natureza do benefício-acidente o exame do substrato fático que ampara o pedido e a causa de pedir deduzidos em juízo.

3. Envolvendo a relação processual matéria acidentária em si mesma, compete à Justiça Estadual processar e julgar a presente demanda, consoante dispõe o enunciado da Súmula n.º 15 do STJ 4.

Conflito conhecido e declarado a competência do Juízo de Direito da Comarca de Criciúma/SC, ora suscitante" (STJ, CC 37.435/SC, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ de 25/02/2004).

No caso concreto, conforme a petição inicial, a parte autora objetiva a concessão de benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, tendo em vista que:

"A autora durante toda sua vida exerceu atividade rural de economia familiar, o que se comprova pelas notas de produtor em anexo (Doc. 04).

Ocorre que a autora desenvolveu doenças que a incapacitam para o trabalho rural, em especial a produção de fuma, altamente danosa à saúde do agricultor, conforme laudo constante nos autos (Doc. 05), o qual refere que a requerente apresenta lesão na coluna lombar (CID's M54.5, M51.1 e M47.8).

As doenças acima citadas causam incapacidade para o trabalho, ainda mais em se tratando de atividade rural - plantio de fumo, pelo que a autora faz jus aos benefícios pleiteados.

No entanto, o INSS indeferiu o benefício de auxílio doença, referindo que não foi constatada a incapacidade para o trabalho (Doc. 07).

Com efeito, erra o réu ao afirmar que a autora não apresenta incapacidade para o trabalho, já que as doenças que apresenta não permitem que esta dê continuidade às suas atividades no labor rural.

Dessa forma, necessário que o Poder Judiciário seja acionado no sentido de que cesse a ilegalidade provocada pelo requerido, bem como determine a concessão dos benefícios pleiteados" (fl. 2e).

Não alega, porém, como fundamento do pedido, a ocorrência de acidente do trabalho.

Diante desse quadro, não resta configurada hipótese de aplicação da Súmula 15/STJ ("COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR OS LITÍGIOS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO"), porquanto ausente a alegação, na petição inicial, de liame entre o benefício requerido pela parte segurada e acidente do trabalho, que, repita-se, não foi, sequer, mencionado, como fundamento do pleito.

Ressalto que "a definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). **O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa. Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria**

(ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada)" (STJ, CC 121.013/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03/04/2012).

Em casos análogos, já decidiu esta Corte:

"PREVIDENCIÁRIO. PETIÇÃO INICIAL. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. PLEITO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE MENÇÃO A ACIDENTE DE TRABALHO. EXEGESE DO ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. A competência para julgar as demandas em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário deve ser determinada em razão do pedido e da causa de pedir.

2. **No caso concreto, não se extrai da petição inicial da subjacente ação qualquer alusão à ocorrência de acidente laboral que, enquanto causa de pedir, estivesse a respaldar o pedido de aposentadoria por invalidez formulado pelo segurado frente ao INSS, cujo contexto desautoriza a tramitação da lide perante a Justiça estadual.**

3. A teor do art. 109, I, da CF, compete à Justiça federal o julgamento das 'causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho'.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no CC 144.267/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 31/03/2016).

"CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAL E FEDERAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CAUSA DE PEDIR QUE REVELA A NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DA POSTULAÇÃO, E NÃO ACIDENTÁRIA. VARA DISTRITAL. COMARCA SEDE DE VARA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. **Na forma dos precedentes desta Col. Terceira Seção, 'É da competência da Justiça Federal o julgamento de ações objetivando a percepção de benefícios de índole previdenciária, decorrentes de acidentes de outra natureza, que não do trabalho. In casu, não restou comprovada a natureza laboral do acidente sofrido pelo autor.'** (CC 93.303/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/10/2008, DJe

28/10/2008). Ainda no mesmo sentido: CC 62.111/SC, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/3/2007, DJ 26/3/2007, p. 200.

(...)

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no CC 118.348/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 22/03/2012).

Ante o exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, inciso I, do CPC/2015, conheço do conflito e declaro a competência do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, o suscitado, em consonância com os precedentes desta Corte a respeito da matéria.

Dê-se ciência aos Juízos envolvidos e ao Ministério Público Federal.

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora